



## **AS LACUNAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE**

Autora: Clarice Guimarães Rabello

Co-autoras: Maria Paula Carvalho

Monica Maria Farid Rahme - orientadora

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Fomento: Programa de Auxílio Estudantil - UFMG; Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG

Eixo temático: Formação de professores em Educação Especial.

Categoria: Pôster

### **Resumo**

Este trabalho se vincula a uma pesquisa de iniciação científica intitulada: A temática da deficiência nos cursos de licenciatura e Bacharelado da UFMG: um estudo sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior. A partir de uma breve contextualização histórica, o texto discute que a formação docente no Brasil percorreu diferentes caminhos até a atualidade, e indica lacunas presentes na formação atual dos licenciandos em relação à temática da Educação Especial no contexto da inclusão escolar. O texto busca investigar, nesse sentido, se as temáticas vinculadas ao campo da Educação Especial se encontram presentes nos currículos dos cursos de formação docente da UFMG. O referencial teórico da pesquisa se fundamenta no campo da Formação Docente e da Educação Especial. Os procedimentos metodológicos para sua realização compreendem pesquisa bibliográfica e documental, que está sendo desenvolvida por meio de consulta aos acervos das bibliotecas universitárias, à base de dados disponibilizadas no portal da CAPES e do Scielo, e pelo levantamento/sistematização de informações referentes aos currículos dos cursos de licenciaturas da UFMG nos anos de 2017 e 2018. Encontram-se poucas disciplinas ofertadas nos cursos de licenciatura, além de questões importantes nas práticas profissionais, como falta de comunicação, percebe-se que as lacunas da formação universitária podem estar diretamente ligadas aos problemas na formação docente inicial e prática.

**Palavras-chave:** Formação docente inicial; Educação Especial; Educação Inclusiva.



## **Introdução**

Na antiguidade, a educação era uma atividade exclusiva e restrita a quem pudesse pagar um alto valor para aprender a ler e a escrever. Com o passar dos tempos, o ensino religioso abrangeu todos aqueles que fossem conquistados pelos europeus catequizadores, mas o ensino científico, de fato, sempre buscou homogeneizar o público-alvo da educação elitista, como indica Carvalho (2007). O ensino que buscava alienar era oferecido por governantes, gratuito para a população, como os Jesuítas em 1539, que catequizaram os índios; Marques de Pombal em 1808; a escola militar para a população de classe média do Brasil por volta de 1834; e o ensino das Professoras Republicanas em 1789 durante a Revolução Francesa, com o intuito de criar os defensores da Liberdade usados pela Revolução. Já o ensino científico, como o criado em Coimbra em 1290, atingia somente a elite letrada, que poderia pagar para ter os conhecimentos oferecidos, em geral, nas áreas da filosofia, matemática, direito e medicina. Posteriormente, outras disciplinas foram sendo introduzidas, entretanto, essa educação contemplava um público específico, não apenas em função dos privilégios econômicos e sociais, mas, também, pela sua condição intelectual, sensorial, física, assim como comenta Lacerda (1998).

Nesse contexto, segundo Lacerda (1998), as pessoas com deficiência guardam um histórico de negligência educacional, pois desde os tempos medievais foram excluídas do contato com a educação por não serem consideradas pessoas “educáveis”. Já em outros tempos, essas pessoas passam a ter a possibilidade do acesso ao ensino, mas vivenciam metodologias pedagógicas que nem sempre propiciam sua aprendizagem. A falta de especialização, de profissionais capacitados e de informação fazia com que dificilmente as questões apresentadas pelos estudantes pudessem ser



atendidas com dignidade, uma vez que sem o diagnóstico correto, não é possível estabelecer objetivos que sejam atingidos com metodologias específicas para auxiliar a pessoa com dificuldade. Considerando esse processo e refletindo sobre a inclusão escolar dos alunos com deficiência na atualidade, Monico, Morgado e Orlando (2018) assinalam que a

política inclusiva torna-se mais um enfrentamento para a escola brasileira, tanto pública quanto particular, já que a formação inicial de professores tem se apresentado com sérias lacunas, desde antes da garantia de acesso deste público ao ensino comum.(p.43 )

Atualmente, um conjunto de leis e decretos assegura o direito à educação para todos, mas a dúvida é se esse atendimento realmente alcança todos os sujeitos e se sua educação é efetiva. Como assinala Mantoan (2006), “Nosso sistema educacional [...] tem vivido muitas dificuldades para equacionar uma relação complexa, que é a de garantir escola para todos, mas de qualidade.” (p.23). Embora o sistema educacional deva seguir por uma grande rede de colaboração mútua entre diferentes sujeitos, em geral não é isso que acontece, pois muitas vezes os profissionais se percebem isolados em seu trabalho, privados de comunicação e retidos em suas próprias práticas, sem a possibilidade de trocar experiências e medidas que possam ser efetivas. O professor se constitui como figura referência em sala de aula e podemos indagar as condições possibilitadas pela sua formação inicial para lidar com as diversidades escolares. Nesse sentido, perguntamos: Quais dificuldades se encontram presentes na formação inicial dos professores para lidar com essas questões? Temáticas relacionadas à Educação Especial e à inclusão escolar constituem o processo de formação desse profissional?

Em tempos passados, muitas vezes, a necessidade de uma formação específica para atuar como professor não existia. Diferentemente, hoje cursar o ensino superior é crucial para se tornar educador. Acreditamos que



posteriormente, a formação continuada poderá funcionar como uma forma de suporte para os professores no exercício da profissão.

Diante disso, perguntamos: Os conteúdos trabalhados nos cursos de formação de professores têm sido suficientes para que os docentes enfrentem as questões que encontrarão em sala de aula? Embora seja recente o contato de professores das classes comuns com temáticas da Educação Especial é fundamental que os currículos dos cursos de formação de professores se estruturam para discutir de modo aprofundado essa temática, pois, como afirma Prieto (2006):

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns 'especialistas', e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. (p. 58)

É preciso refletir, nesse contexto, que a profissão docente é um tema complexo, que envolve diferentes níveis de responsabilidade social e profissional, desde princípios humanitários até o conteúdo científico. Pensamos que o professor lida com a comunidade escolar durante o exercício do magistério, com salas de aula heterogêneas e precisa construir metodologias de trabalho que possibilitem o ensino, e com o acesso garantido por lei e atingido um público cada vez maior e mais diferente, mostra-se necessário o aprofundamento e estudo sobre temas como Educação Especial e Educação Inclusiva por parte dos docentes, podendo ser ofertados para os mesmos em formações continuadas, por exemplo.

Nos processos de formação docente, a circularidade de informação e o volume de trabalho é alto, o conteúdo a ser apresentado necessita ser filtrado, não havendo, muitas vezes, tempo hábil e espaço no currículo para inserir todas as temáticas necessárias à docência. Sendo assim, muitas especificidades ficam de fora, gerando lacunas na formação que acabam



sendo remetidas para processos complementares de formação. Santos (2005) nos alerta para essa questão, ao assinalar que a

[...]formação de professores em geral, é um processo longo que envolve diferentes cursos, experiências e sujeitos. Compreende uma etapa inicial, limitada ao tempo dos cursos de magistério e licenciaturas, e outra continuada e de caráter permanente que se verifica concomitantemente ao exercício profissional. (p.62 )

Decidir o que é essencial ou não para a fase inicial da formação é dever dos departamentos das universidades. Sendo assim, é importante que exista uma qualidade curricular, necessária para o profissional vivenciar esse novo contexto educacional brasileiro. Afinal, o docente receberá em sua classe uma significativa diversidade de alunos, e é importante que a atuação seja a mais inclusiva possível.

## **Objetivos**

Este trabalho tem como objetivo geral:

- Investigar se as temáticas vinculadas ao campo da Educação Especial se encontram presentes nos currículos dos cursos de formação docente da UFMG.

E como objetivos específicos:

- Realizar levantamento e análise das ementas, programas de disciplina e projetos dos cursos de graduação (licenciatura);

- Sistematizar e analisar os dados coletados, tendo como referência as discussões produzidas sobre ensino superior, formação profissional e deficiência;



- Contribuir para o processo de inclusão nos cursos de graduação da UFMG.

## **Metodologia**

A partir de nossa pesquisa intitulada: *A temática da deficiência nos cursos de licenciatura e bacharelado da UFMG: um estudo sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior*, vimos surgir a necessidade de falar sobre a formação inicial docente, uma vez que se mostra tão importante para a educação inclusiva, a atuação do professor faz acontecer a inclusão escolar, e auxilia no melhor desempenho que o aluno possa ter. Porém, como essa figura tão importante pode exercer seu papel de educador sem que passe por uma formação adequada, que direcione para o assunto esperado, e, ainda, consiga nortear nos momentos de maiores desafios que se encontram pelo caminho?

A partir dessa ideia, buscamos informações para o desenvolvimento da pesquisa em diversas fontes *online*, páginas dos colegiados, *sites* da UFMG, e presencialmente nas secretarias dos colegiados dos cursos. Construímos tabelas que detalham título, código novo (após 2018/2, se houver) e antigo, ementa nova (após 2018/2, se houver) e antiga, conteúdo programático do semestre, carga horária, obrigatoriedade e outras observações se houver. Esses dados foram coletados dos cursos de Química presencial e EAD, Pedagogia presencial e EAD, Letras - português e inglês-, História, Geografia, Música, Matemática, Educação Física, Dança, e Ciências Biológicas.

Nos arquivos das unidades, buscamos dados como as matérias registradas com ementas e conteúdos completos. De posse dessas informações, iniciamos o processo de análise dos currículos de licenciatura e,



posteriormente, analisaremos os cursos de bacharelado oferecidos pela UFMG, buscando as disciplinas que se relacionam com a temática da inclusão.

A partir de palavras-chave, como, inclusão, deficiência, diversidade, diferenças, educação inclusiva, educação especial, especificidade, entre outras, buscamos em leitura de ementas e conteúdo programático das disciplinas do primeiro e segundo semestre de 2017 e 2018. Desejamos comparar também os currículos oferecidos após a alteração nas grades curriculares no segundo semestre de 2018, e a ampliação dos cursos de graduação em licenciatura, buscando problematizar a inclusão de novas disciplinas sobre deficiência.

Percebendo a importância dos currículos para a formação inicial docente, a escrita deste trabalho busca conectar os dois temas, oferecendo um texto que evidencie as dificuldades da Formação de Professores em relação aos desafios da Educação Especial. Para isso, um conjunto de outras obras e artigos foram escolhidos para leitura, coleta de informações necessárias e compilação das informações, a fim de dialogar com os resultados parciais encontrados em nossa pesquisa.

## **Resultados parciais**

Com a análise do currículo das licenciaturas em andamento, já é possível notar que o curso superior oferece um panorama geral sobre a profissão e suas funções. As especificidades se dão nas licenciaturas da UFMG a partir das possibilidades de Formação Livre e Transversal<sup>1</sup>, mas os

---

<sup>1</sup> A Formação Livre é a livre escolha do aluno por alguma atividade curricular que não seja necessariamente de seu curso de origem.

As Formações Transversais são atividades acadêmicas que abordam temáticas de interesse geral visando incentivar a formação de espírito crítico e de visão aprofundada em relação às grandes questões do país e da humanidade. O



cursos não possibilitam grandes práticas e ganhos de experiência para os alunos que vão para as salas de aula lecionar. As lacunas se encontram principalmente quando o assunto é deficiência e a educação especial. Sendo assim, o futuro docente precisa se planejar para que, durante a carreira, continue frequentando uma formação, seja prática durante a profissão ou continuada, sendo oferecida pela escola.

Nem todos os dados foram localizados para todos os cursos e nem para todas as matérias. Os dados novos, por exemplo, serão apenas em 2018/2, por motivos das mudanças nas grades curriculares. Mas, por enquanto conseguimos encontrar dados concretos nos cursos de Educação Física, Dança, Pedagogia, História e Geografia, por exemplo, possibilitando maior análise. Além de visualizarmos que são cursos com maior ou menor número de disciplinas voltadas para a área da educação e também, da educação especial.

A pesquisa em andamento nos possibilita, portanto, refletir sobre algumas informações já coletadas. A análise parcial dos currículos nos mostra que as grades curriculares dos cursos de licenciatura em relação à inclusão divergem nas disciplinas sobre a deficiência. Nem todos os cursos possibilitam, na grade original, um aprofundamento ou prática na questão da Educação Especial e da inclusão escolar.

Uma disciplina que se mostrou comum em todas as graduações e que possui o tema explicitamente em sua ementa é a Libras, pois é garantida pelo Decreto de n. 5626/2005, como podemos verificar na citação abaixo:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de



ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Um ponto interessante a ser exposto é a possibilidade de Formação Transversal que a UFMG possibilita aos alunos. Significa que o graduando pode solicitar algumas disciplinas externas a seu curso, de uma mesma grade, para que, além de sua graduação, seja também formado em um outro tema. Sendo assim, a universidade oferece a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão, oferecendo ao futuro docente a oportunidade de aprofundar no tema e ter mais acesso a disciplinas que o aproximam da prática. A importância dessa formação nos remete ao que aborda Oliveira (2009), ao assinalar que mais do que a escola e a comunidade escolar, o professor precisa querer se educar nessa temática, precisa buscar também a sua formação.

É importante dizer que, mesmo na melhor das intenções do professor, a educação depende de uma rede de ações colaborativas para que em todos os âmbitos haja suporte adequado à criança. Assim, as dificuldades encontradas nos textos de um professor inicial em sala de aula comum podem significar uma falta de efetividade ou existência da rede de apoio.

A fragilidade da rede mostra que a instituição focada no tradicionalismo pode intensificar os desafios e as dificuldades para o professor. Para Prieto (2006):

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade.(p.33)

Tendo em vista esse ponto, a descrição dos textos resume-se à dificuldade de controle de sala de aula, ao lidar com alunos desinteressados, à pouco ou nenhuma comunicação com a comunidade escolar, ao pouco apoio



da escola e coordenação pedagógica aos docentes, ao desenvolvimento e aplicação de metodologias, e, principalmente, à diferença entre a prática e a teoria. O encontro na sala de aula presencial é muito diferente da sala de aula teorizada nos cursos de formação, como sublinham Caires e Almeida (2003) e Zanella (2011). Silva (2003) endossa esse alerta, ao indicar que:

As dificuldades centram-se na planificação e gestão das aulas, na identificação das necessidades educativas especiais e na avaliação dos alunos. Ou seja, dificuldades de natureza pedagógica em relação aos alunos com NEE [Necessidades Educacionais Especiais] e dificuldades de natureza pedagógica em relação ao grupo/turma (p.60)

Percebe-se que alguns desses problemas podem ser resolvidos ou amenizados de acordo com o apoio oferecido pela escola, seja pedagógico ou relativo à comunicação família-escola e, ainda, com programas práticos que podem ser oferecidos pela formação inicial:

A educação especial constitui, assim, uma instituição com a qual a escola tem de se articular, além da família e da comunidade. O que nos remete novamente para os fatores facilitadores da integração, ou seja, a cooperação entre os professores de Educação Especial e os do ensino regular e a abertura da escola a outros atores. (SILVA, 2003, p.62).

Além de tudo, é notável que o despreparo de professores para lidar com os alunos, principalmente alunos com deficiência, pode gerar resultados negativos, como mostra Lacerda (2006), na obra *“A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência”*. A autora indica uma situação em que um aluno surdo recebe suporte de um intérprete, porém ambos são negligenciados pela escola e pelo professor no que diz respeito ao suporte e recursos educacionais que se adaptem às



necessidades do estudante. Dessa maneira, o despreparo do professor e a ausência do apoio da escola negligenciam o aluno no que diz respeito ao seu aprendizado e desenvolvimento cognitivo e social.

No que diz respeito às consequências da experiência de estágio para um graduando, Caires e Almeida (2003) relatam que:

Uma maior determinação, autodisciplina ou “firmeza nas decisões” parecem significar que, para alguns destes futuros professores, o estágio representou um impulsionador do “carácter mais firme” conquistado. De referir, também, as solicitações dos sujeitos sugerindo uma maior “maturidade”, à qual se associam respostas do tipo “maior realismo”, “discernimento”, um “maior sentido de responsabilidade” ou “ponderação”. Uma maior auto reflexão, uma maior consciência das suas próprias limitações ou o “saber o que não quero” ilustram, também, o maior autoconhecimento adquirido em resultado da experiência de estágio. (p.150 )

Acredito que o estágio possibilita um contato inicial acompanhado de orientação, o que pode significar segurança para o graduando, uma vez que seus erros e acertos podem ser amparados por alguém que possua mais experiência, que seja referência para aquele que ainda está em formação inicial. Sendo assim, ter um contato com a prática possibilita a socialização, interação, e ainda colocar em prática os saberes aprendidos, ainda com o auxílio de um superior que possa ajudar nessa experiência.

### **Conclusões parciais**

A deficiência se constitui como um tema emergente que obriga as instituições e figuras escolares a se prepararem para lidar com essa questão. Diniz (2007) nos alerta, nesse sentido, sobre a representatividade da temática para o país sobre o fato de que as questões geradas pelo processo de



envelhecimento aproximam as pessoas com deficiência das pessoas idosas, indicando sua relevância para o delineamento das políticas públicas:

A deficiência será um tema emergente para as políticas públicas, particularmente as de caráter distributivo e de proteção social. O ponto de partida das negociações políticas deve ser o novo conceito de deficiência como instrumento de justiça social, e não somente como questão familiar ou individual. (p.5)

Com essa ideia apresentada por Débora Diniz, podemos entender que a questão da deficiência só tem a crescer em seus direitos e inclusão social, portanto é necessário uma articulação governamental e social para que negligências não permeiem mais a sociedade. É preciso medidas que conscientizem, eduquem e principalmente ampare as pessoas deficientes e com necessidades especiais. Na educação, é desejado que a conscientização e aprendizado devem ser iniciados logo nos primeiros períodos de formação dos profissionais docentes, porém, não é o que mostra a pesquisa.

O material analisado até o momento indica que os cursos oferecem uma generalidade de informações sobre a deficiência. O conteúdo não traz um curso específico, com muitos detalhes sobre o assunto, mas sim um parâmetro geral.

Verificar que alguns cursos de licenciatura oferecem apenas uma matéria sobre a temática da Educação Especial pode apontar a presença de fragilidades na formação inicial dos futuros docentes quando se deveria propor uma base mais sólida para esses estudantes, que os aproximasse mais diretamente das questões que envolvem a inclusão e uma educação para todos. Processos formativos mais aprofundados nessa temática podem propiciar que o professor tenha mais segurança para passar por determinadas experiências que foram previamente trabalhadas durante o curso, podendo,



assim, encontrar informações e ajuda nas formações complementares, favorecendo e facilitando também a formação dos alunos - crianças, jovens e adultos - que buscam as escolas regulares.

Para que as licenciaturas ofereçam uma formação mais articulada com a sala de aula é necessária uma maior interlocução com programas práticos, executados ainda em formação, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID; e o Programa de Imersão à Docência, oferecido pelo Centro Pedagógico – UFMG, dentre outros. E, mais do que Programas, é importante que esses sejam institucionalizados, para que tenham continuidade e sejam frequentemente aprimorados, visando construir uma base de experiências efetivas para a formação docente.

Parcialmente, verifica-se que os currículos investigados até o momento não oferecem um número grande de opções para aprofundamento na temática da inclusão. Acreditamos que, com a extensão dos cursos de licenciatura e a obrigatoriedade desse tema nas universidades, possamos vislumbrar uma maior adesão de licenciandos em relação a essa temática. Ainda em análise das dificuldades da formação inicial, chega-se à conclusão da necessidade de uma maior articulação da comunidade escolar, visando melhorar a comunicação, estabelecer rede de apoio mútuo, grupos de conversa e troca de experiência, além de momentos de formação em conjunto, buscando a dedicação de todos para maior conhecimento sobre o assunto.

Sobre a importância da experiência citada em outro momento neste artigo, Zanella (2011) nos traz uma visão parecida, que demonstra a segurança transmitida pela experiência e as dificuldades encontradas nos anos iniciais, que ligam-se diretamente a falta da prática:



Notou-se através da pesquisa que os professores independentes do ano em que se formaram e da faculdade, encontram quase as mesmas dificuldades nos primeiros anos de docência. E a partir da experiência vai adquirindo mais facilidade para lidar com essas dificuldades. Outro ponto percebido foi à importância dos programas de formação inicial e continuada que destaquem a formação didática do docente, pois assim eles sairão preparados para a prática em sala de aulas. (p.14 )

Sendo assim, percebe-se a importância de mais oportunidades práticas, não só como disciplinas, mas também, como programas que amparem e liguem escolas aos futuros docentes.

Desafios vividos pelos professores no campo da Educação Especial podem ser beneficiados pela presença de atividades que articulem teoria e prática durante o tempo de graduação, suporte e apoio escolar ao profissional, troca de experiências do iniciante com o profissional veterano, além de formações continuadas mais articuladas à prática profissional, que contemplem outros locais diferentes do cotidiano. Assim, o futuro docente poderá conquistar alguma experiência logo em sua formação, e poderá desenvolver um pouco mais de facilidade para enfrentar os desafios da docência.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para mudanças curriculares no ensino superior, que favoreçam os processos de inclusão escolar.

## **Referências**

CAIRES, Susana; ALMEIDA, Leandro; Vivências e percepções dos estágios pedagógicos: estudo com alunos de licenciaturas em ensino. Psico- USF, V.8 n.2, p. 145-153, Jul./Dez. 2003.



CAMARGO, Evani; MONTEIRO, Maria; FREITAS, Ana. Trabalho docente no contexto da inclusão: formação continuada com enfoque colaborativo

CARAMORI, Patricia; MENDES, Eniceia; PICHARILLO, Alessandra; A formação inicial de professores de sala de recursos multifuncionais a partir do olhar dos professores atuantes. Revista educ. PUC- Camp., Campinas, 23(1): 124-141, jan/abr.,2018.

CARVALHO, José Murilo de. Unificação da elite: o domínio dos magistrados. In: \_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-117.

DINIZ, Debora. O que é deficiência?. São Paulo: Brasiliense, 2007

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. *Cad. CEDES* [online]. 1998, vol.19, n.46, pp.68-80.

MANTOAN, Maria; PRIETO, Rosangela; ARANTES, Valéria; Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus,2006.

OLIVEIRA, Luzia de Fátima Medeiros De. Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MONICO, Patricia Aparecida; MORGADO Liz Amatal Saraiva; ORLANDO Rosimeire Maria; *Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções*. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 41-48

RIBEIRO, Maria; BAUMEL, Roseli. Educação Especial: Do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.



SANTOS, Vinício. A formação de formadores: que formação é essa?. Revista de Educação PUC- Campinas, n.18, p. 61-64, junho 2005.

ZANELLA, Camila. As dificuldades didáticas dos professores iniciantes e os programas de formação inicial e continuada para docentes. Anais do XXVI Simpósio nacional de história – ANPUH, São Paulo, Julho 2011.